

ÍNDICE

<i>preâmbulo da 18ª edição</i>	19
<i>introdução: noção, objeto e método</i>	29
<i>definição e denominação</i>	30

1. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E FUNDAMENTO

1.1. estudo da evolução histórica.....	44
1.1.1. o direito internacional até os tratados de Vestfália (1648).....	54
1.1.1.1. Francisco de VITÓRIA (1480-1546)	69
1.1.1.2. Francisco SUAREZ (1548-1617).....	72
1.1.1.3. Alberico GENTILI (1552-1608).....	77
1.1.1.4. Richard ZOUCH (1590-1660)	81
1.1.1.5. Hugo GRÓCIO (1583-1645).....	82
1.1.2. de Vestfália (1648) a Viena (1815).....	84
1.1.2.1. Samuel PUFENDORF (1632-1694).....	85
1.1.2.2. Cornelius van BYNKERSHOEK (1673-1743)	88
1.1.2.3. Christian WOLFF (1679-1754).....	90
1.1.2.4. Emer de VATTEL (1714-1767).....	94
1.1.2.5. J. J. BURLAMAQUI (1694-1748).....	96
1.1.2.6. Georg-Friedrich Von MARTENS (1756-1821)	98
1.1.3. de Viena (1815) até Versalhes (1919).....	100
1.1.4. de Versalhes ao contexto presente	106
1.1.5. perspectivas do direito internacional no século XXI.....	117
1.1.6. visão de conjunto da evolução do direito internacional.....	120
1.2. fundamento e normas cogentes de direito internacional.....	128
1.3. fontes do direito internacional.....	140

1.3.1. costume internacional	143
1.3.2. tratado	150
1.3.2.1. conceito, terminologia e classificação de tratado	152
1.3.2.2. condição de validade do tratado.....	155
1.3.2.2.1. capacidade das partes contratantes	156
1.3.2.2.2. habilitação dos agentes.....	157
1.3.2.2.3. consentimento mútuo	157
1.3.2.2.4. objeto lícito e possível.....	158
1.3.2.3. efeitos em relação a terceiros.....	159
1.3.2.4. ratificação, adesão e aceitação	160
1.3.2.5. registro e publicação.....	164
1.3.2.6. interpretação	164
1.3.2.7. tratados sucessivos sobre a mesma matéria.....	165
1.3.2.8. nulidade, extinção e suspensão de aplicação.....	167
1.3.3. princípios gerais do direito	170
1.3.4. jurisprudência como fonte do direito internacional	176
1.3.5. papel da doutrina no direito internacional	184
1.3.6. equidade como fonte de direito internacional.....	186
1.3.7. resoluções emanadas das organizações internacionais como fonte do direito internacional	190
1.3.8. atos unilaterais dos estados como fonte de direito internacional.....	200
1.4. codificação do direito internacional.....	205
1.4.1. Convenção de Viena sobre relações diplomáticas (1961).....	208
1.4.2. Convenção de Viena sobre relações consulares (1963).....	209
1.4.3. Convenção de Viena sobre o direito dos tratados (1969).....	210
1.4.4. Convenção de Viena sobre a representação de estados nas suas relações com organizações internacionais de caráter universal (1975)	213
1.4.5. Convenção sobre missões especiais (1969)	215
1.4.6. Convenções de Viena sobre sucessão de estados (1978 e 1983).....	220
1.4.7. Convenção de Viena sobre o direito dos tratados de organizações inter- nacionais (1986).....	226
1.4.8. Convenção das Nações Unidas sobre direito do mar (1982)	227
1.4.9. Convenções sobre assuntos científicos, tecnológicos e sobre o meio ambiente.....	228
1.5. relações do direito internacional com o direito interno	229
1.6. sujeitos de direito internacional e atores das relações internacionais	245
1.6.1. do direito internacional clássico ao reconhecimento progressivo de outros sujeitos	249

2. ESTADO COMO SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL

2.1. elementos constitutivos	251
2.2. classificação.....	261
2.2.1. estado simples	262
2.2.2. estados compostos por coordenação.....	262
2.2.3. estados compostos por subordinação.....	265
2.3. nascimento e reconhecimento do estado	267
2.3.1. reconhecimento do estado	274
2.3.2. reconhecimento de beligerância e insurgência	282
2.3.3. reconhecimento de governo.....	284
2.4. extinção e sucessão de estado.....	286
2.4.1. sucessão em matéria de tratados e outros atos	293
2.4.2. sucessão em matéria de bens, arquivos e dívidas	294
2.4.3. naturalização coletiva, por cessão ou anexação territorial.....	297
2.5. direitos e deveres dos estados.....	298
2.5.1. direito à liberdade.....	300
2.5.2. direito à igualdade.....	301
2.5.3. direito ao respeito mútuo.....	306
2.5.4. direito de defesa e conservação	313
2.5.5. direito internacional do desenvolvimento.....	315
2.5.6. direito de jurisdição.....	321
2.5.7. princípio de não intervenção – entre <i>jus cogens</i> e <i>soft law</i>	322
2.5.7.1. intervenção em nome do direito de defesa e de conservação.....	341
2.5.7.2. intervenção para a proteção dos direitos humanos.....	341
2.5.7.3. intervenção para a proteção de interesses de nacionais	345
2.6. doutrinas.....	346
2.6.1. doutrina MONROE.....	347
2.6.2. doutrina DRAGO.....	349
2.6.3. doutrina ESTRADA	351
2.6.4. doutrina BRUM.....	352
2.7. restrições aos direitos fundamentais dos estados.....	353
2.7.1. neutralidade permanente.....	353
2.7.2. arrendamento de território	355
2.7.2.1. tentativa de criação do <i>Bolivian Syndicate</i> e questão do Acre	356
2.7.2.2. Hong Kong	356
2.7.2.3. Macau	357

2.7.3. imunidade de jurisdição e de execução	358
2.7.4. capitulações	360
2.7.5. servidões internacionais	362
2.8. responsabilidade internacional do estado	363
2.8.1. princípios gerais e aplicação	364
2.8.2. atos de órgãos do estado	368
2.8.2.1. atos do órgão executivo ou administrativo	368
2.8.2.2. atos do órgão legislativo	371
2.8.2.3. atos do órgão judiciário ou relativos às funções judiciárias	371
2.8.3. atos de indivíduos	374
2.8.4. responsabilidade por dano resultante de guerra civil	377
2.8.5. esgotamento dos recursos internos	379
2.8.6. nacionalidade das reclamações	381
2.8.7. circunstâncias que excluem a responsabilidade	382
2.8.8. consequências jurídicas da responsabilidade	385
2.9. órgãos das relações entre estados	387
2.9.1. chefe de estado e de governo	388
2.9.2. ministro das relações exteriores	390
2.9.3. missões diplomáticas	391
2.9.3.1. escolha e nomeação dos agentes	394
2.9.3.2. funções das missões diplomáticas	395
2.9.3.3. prerrogativas das missões diplomáticas	396
2.9.3.3.1. asilo diplomático	397
2.9.3.3.2. imunidade diplomática	398
2.9.3.3.3. isenção fiscal	400
2.9.3.4. termo da missão	401
2.9.4. delegações junto a organizações internacionais	401
2.9.5. repartições consulares	403
2.9.5.1. nomeação e admissão de cônsules	405
2.9.5.2. funções consulares	405
2.9.5.3. privilégios e imunidades consulares	406
2.9.5.4. termo das funções consulares	408
2.9.6. evolução institucional: do bilateralismo pontual ao multilateralismo institucional	408

3. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

3.1. organizações internacionais de vocação universal	415
---	-----

3.1.1. a Organização das Nações Unidas.....	416
3.1.1.1. Assembleia Geral	418
3.1.1.2. Conselho de Segurança	419
3.1.1.3. Corte Internacional de Justiça.....	421
3.1.1.3.1. competência da Corte	423
3.1.1.3.1.1. competência contenciosa	424
3.1.1.3.1.2. competência consultiva	426
3.1.1.3.2. funcionamento	427
3.1.1.3.3. questões processuais.....	429
3.1.1.4. Secretariado	431
3.1.1.5. Conselho econômico e social	432
3.1.1.6. Conselho de Tutela.....	433
3.1.1.7. funções, atribuições e ação coletiva da Organização das Nações Unidas	433
3.1.2. organizações internacionais especializadas de vocação universal	438
3.1.2.1. Organização Mundial do Comércio (OMC).....	441
3.2. organizações internacionais de vocação regional	444
3.2.1. União Europeia.....	446
3.2.1.1. evolução das comunidades europeias.....	447
3.2.1.2. estruturas institucionais comunitárias	450
3.2.1.2.1. Assembleia (ou Parlamento Europeu)	450
3.2.1.2.2. o Conselho	450
3.2.1.2.3. a Comissão	450
3.2.1.2.4. o Tribunal de Justiça	451
3.2.1.3. ordenamento jurídico comunitário: natureza e princípios	452
3.2.1.4. políticas comuns	454
3.2.1.5. perspectivas rumo à integração	455
3.2.2. Organização dos Estados Americanos (OEA)	456
3.2.2.1. Assembleia Geral	459
3.2.2.2. Conselhos e conferências especializadas	459
3.2.2.3. Comissão Jurídica Interamericana	461
3.2.2.4. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	461
3.2.2.5. Secretaria-Geral	461
3.2.3. Unidade africana	461
3.2.4. Liga árabe.....	463
3.2.5. Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC)	464
3.3. organizações não governamentais e sociedade civil internacional	465

4. SER HUMANO NO DIREITO INTERNACIONAL

4.1. direitos humanos e a consolidação da proteção internacional	470
4.1.1. na Organização das Nações Unidas	472
4.1.1.1. Declaração Universal dos Direitos do Homem e tratados sobre di- reitos humanos sob os auspícios da ONU.....	474
4.1.2. direitos humanos nos sistemas regionais	477
4.1.2.1. direitos humanos no sistema europeu	477
4.1.2.2. direitos humanos no sistema interamericano	478
4.1.2.3. direitos humanos no sistema africano	481
4.2. direitos fundamentais do ser humano	481
4.2.1. liberdade individual	484
4.2.2. tráfico de pessoas.....	486
4.2.3. condições de trabalho equitativas e humanas	488
4.2.4. direito de asilo.....	490
4.2.5. proteção do trabalho intelectual e industrial.....	495
4.2.6. melhoria das condições de vida.....	497
4.2.6.1. proteção internacional contra as enfermidades	498
4.2.6.2. controle internacional de drogas nocivas	499
4.2.7. evolução do sistema internacional de proteção dos direitos das minorias	500
4.2.7.1. proteção das minorias religiosas	501
4.2.7.2. proteção das minorias étnicas	502
4.2.7.3. Princípios de Yogyakarta (2007) e a proteção das minorias não étnicas.....	504
4.3. direito da nacionalidade	507
4.3.1. aquisição da nacionalidade	508
4.3.2. nacionalidade adquirida.....	509
4.3.3. naturalização	510
4.3.4. perda da nacionalidade	510
4.4. condição jurídica do estrangeiro.....	511
4.4.1. condição individual e relação entre estados	511
4.4.2. relação do estado com seus nacionais no exterior	514
4.4.3. extradição	519
4.4.4. deportação e expulsão	522
4.5. proteção diplomática	524

5. TERRITÓRIO

5.1. evolução do território no direito internacional	536
5.1.1. demarcação	538
5.1.1.1. montanhas	539
5.1.1.2. rios	539
5.1.1.3. lagos ou mares internos	541
5.1.1.4. ilhas	541
5.1.2. modos de aquisição e de perda do domínio do estado sobre o território	542
5.1.2.1. ocupação	543
5.1.2.2. acessão	549
5.1.2.3. cessão	550
5.1.2.4. prescrição	551
5.1.2.5. anexação	552
5.2. domínio terrestre	568
5.2.1. soberania e território: a Santa Sé e o estado do Vaticano	572
5.3. domínio fluvial	573
5.3.1. rios nacionais	575
5.3.2. rios internacionais	576
5.3.2.1. navegação	580
5.3.2.2. aproveitamento industrial e agrícola das águas	582
5.3.2.3. pesca	583
5.3.2.4. proteção do meio ambiente	583
5.4. domínio marítimo	584
5.4.1. águas e mares internos	585
5.4.1.1. golfos e baías	586
5.4.1.2. portos e ancoradouros	586
5.4.1.3. estuários	587
5.4.2. mar territorial	587
5.4.2.1. extensão ou largura	588
5.4.2.2. direito de passagem inocente	590
5.4.2.3. jurisdição do estado costeiro, em matéria civil e penal	592
5.4.3. zona contígua	593
5.4.4. Zona Econômica Exclusiva (ZEE)	594
5.4.4.1. preservação dos recursos vivos na ZEE	597
5.4.5. plataforma continental	598
5.4.5.1. evolução histórica da delimitação da plataforma continental	602

5.4.5.2. a plataforma continental na Convenção de 1982.....	602
5.4.5.3. conflitos e desenvolvimento do conceito de plataforma continental ..	604
5.4.5.4. exploração da plataforma continental	606
5.4.6. mares fechados ou semifechados.....	607
5.4.7. estreitos internacionais	608
5.4.8. canais internacionais	610
5.4.8.1. Canal de Corinto.....	611
5.4.8.2. Canal de Kiel	611
5.4.8.3. Canal de Suez	615
5.4.8.4. Canal do Panamá	616
5.4.9. estados arquipélagos.....	618
5.5. domínio aéreo.....	620
5.5.1. navegação aérea.....	621
5.5.2. telecomunicações	623
5.6. navios	628
5.6.1. navios no direito internacional	629
5.6.1.1. classificação e nacionalidade dos navios.....	630
5.6.1.2. navios em alto-mar	631
5.6.1.3. navios em águas estrangeiras.....	634
5.6.1.3.1. navios públicos.....	634
5.6.1.3.2. navios privados.....	636
5.7. aeronaves.....	639
5.7.1. classificação e nacionalidade das aeronaves	639
5.7.2. aeronaves em espaço aéreo estrangeiro	640
5.7.3. aeronaves em voo ou sobre o alto-mar	641
5.8. espaços internacionais	642
5.8.1. alto-mar	643
5.8.2. espaço ultraterrestre.....	646
5.8.3. fundos oceânicos	652
5.8.4. domínio polar	655
5.8.4.1. Antártica	656
6. PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE	
6.1. introdução.....	661
6.1.1. desenvolvimento histórico até 1972	661
6.1.2. Conferência de Estocolmo sobre meio ambiente humano (1972).....	663

6.1.3. a Conferência do Rio de Janeiro (1992).....	664
6.1.3.1. princípios	667
6.1.3.1.1. desenvolvimento sustentável	669
6.1.3.1.2. precaução	671
6.1.3.1.3. poluidor-pagador	672
6.1.3.1.4. responsabilidade comum, porém diferenciada	673
6.1.4. a Conferência de Johannesburgo (2002).....	675
6.1.5. características da formação do direito internacional ambiental, do processo decisório e das instituições internacionais específicas.....	675
6.1.6. formas de implementação e execução do direito internacional ambiental	679
6.2. poluição atmosférica	683
6.2.1. Convenção de Genebra sobre poluição transfronteiriça de longa distância (1979)	684
6.2.2. Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio (1985)	686
6.2.3. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	692
6.3. mar e seus recursos	703
6.3.1. mares e oceanos.....	705
6.3.1.1. Convenção sobre prevenção da poluição marinha por alijamento de resíduos e outras matérias (1972)	706
6.3.1.2. MARPOL (1973, 1978)	707
6.3.1.3. Programa de mares regionais (UNEP – 1974)	708
6.3.1.4. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982), no tocante ao direito internacional ambiental	709
6.3.2. recursos marinhos vivos	716
6.3.2.1. Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia (1946).....	723
6.3.2.2. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982)	725
6.3.2.3. Acordo da FAO para promover cumprimento de medidas internacionais de conservação e manejo por embarcações pesqueiras no alto-mar (1993).....	725
6.3.2.4. Acordo das Nações Unidas sobre espécies de peixes altamente migratórias (1995)	726
6.4. águas comuns internas.....	727
6.4.1. Convenção sobre o Direito dos Usos Não Navegacionais dos Cursos d'Água Internacionais (1997).....	733
6.4.2. Convenção sobre a Proteção e Uso de Cursos d'Água Transfronteiriços e Lagos Internacionais (1992)	734

6.4.3. rios, lagos e bacias	735
6.4.3.1. Tratado de Cooperação Amazônica (1978)	737
6.4.3.2. Tratado da Bacia do Prata (1969)	737
6.5. biodiversidade, fauna, flora, solo e desertificação	737
6.5.1. biodiversidade, fauna e flora.....	738
6.5.1.1. Convenção de Ramsar.....	743
6.5.1.2. Convenção da UNESCO sobre Patrimônio Mundial.....	745
6.5.1.3. Convenção internacional sobre o comércio internacional das espécies da flora e da fauna selvagens ameaçadas de extinção (CITES)	746
6.5.1.4. Convenção de Bonn sobre Espécies Migratórias	751
6.5.1.5. Convenção sobre Madeiras Tropicais (ITTA) (1983, 1994, 2006)	753
6.5.1.6. Declaração de Princípios sobre as Florestas (1992) e desenvolvimento subsequente.....	755
6.5.1.7. Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD).....	757
6.5.1.7.1. o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança.....	762
6.5.2. solo e desertificação	765
6.6. resíduos e substâncias perigosas.....	768
6.6.1. Convenção de Basileia sobre o controle do movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e sua disposição (1989).....	769
6.6.2. Convenção de Rotterdam sobre o Procedimento de Consentimento Prévio (1998)	770
6.6.3. Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (2001).....	772
6.7. evolução do direito internacional ambiental.....	774
6.8. questão nuclear.....	776
6.8.1. notificação imediata e assistência (1986)	782
6.8.2. zonas livres de armas nucleares.....	784
6.8.3. Convenção sobre a Proteção Física de Material Nuclear (1979)	786
6.8.4. Convenção sobre Segurança Nuclear (1994)	786
6.8.5. Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radioativos (1997)	788
6.8.6. Responsabilidade.....	789
6.8.6.1. responsabilidade dos estados	791
6.8.6.2. responsabilidade das pessoas de direito privado	792

7. SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E GUERRA NO DIREITO INTERNACIONAL

7.1. solução pacífica de controvérsias	800
--	-----

7.1.1. meios diplomáticos.....	807
7.1.1.1. negociações diretas.....	808
7.1.1.1.1. desistência.....	808
7.1.1.1.2. aquiescência.....	808
7.1.1.1.3. transação.....	808
7.1.1.2. congressos e conferências.....	808
7.1.1.2.1. congressos.....	809
7.1.1.2.2. conferências.....	809
7.1.1.3. bons ofícios.....	809
7.1.1.4. mediação.....	810
7.1.1.5. sistema consultivo.....	811
7.1.2. meios jurídicos.....	812
7.1.2.1. tribunais internacionais permanentes.....	813
7.1.2.1.1. Corte Centro-Americana de Justiça (1907-1918).....	813
7.1.2.1.2. Corte Permanente de Justiça Internacional e a Corte Perma- nente de Arbitragem.....	814
7.1.2.1.3. Corte Internacional de Justiça.....	818
7.1.2.1.4. Tribunal Internacional do Direito do Mar.....	822
7.1.2.1.5. evolução do direito internacional penal até o Tribunal Penal Internacional.....	823
7.1.2.1.5.1. julgamento de criminosos de guerra.....	825
7.1.2.1.5.2. Tribunais internacionais <i>ad hoc</i> , criados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, para a ex-Iugoslávia e para Ruanda	828
7.1.2.1.5.3. Estatuto de Roma.....	832
7.1.2.1.6. tribunais administrativos internacionais.....	834
7.1.2.2. comissões internacionais de inquérito e conciliação.....	834
7.1.2.3. comissões mistas.....	836
7.1.2.4. arbitragem.....	837
7.1.2.4.1. formas de arbitragem.....	838
7.1.2.4.2. escolha e poderes dos árbitros.....	839
7.1.2.4.3. procedimento arbitral.....	841
7.1.2.4.4. sentença arbitral.....	842
7.2. soluções coercitivas de controvérsias.....	844
7.2.1. retorsão.....	844
7.2.2. represálias.....	845
7.2.3. embargo.....	846
7.2.4. bloqueio pacífico.....	847
7.2.5. boicotagem.....	848

7.2.6. ruptura de relações diplomáticas	848
7.3. uso da força e guerra no direito internacional	849
7.3.1. pode haver legitimidade da guerra no direito internacional pós-moderno?	851
7.3.1.1. fontes das leis de guerra	853
7.3.1.2. princípios da necessidade e da humanidade.....	854
7.3.2. início da guerra.....	856
7.3.2.1. efeitos no tocante às relações diplomáticas e consulares	857
7.3.2.2. efeitos sobre os tratados.....	858
7.3.2.3. efeitos em relação às pessoas e liberdade de comércio	859
7.3.2.4. efeitos em relação aos bens	860
7.3.2.4.1. efeitos em relação à propriedade privada	860
7.3.2.4.2. efeitos em relação à propriedade pública	861
7.3.2.4.3. embargos sobre navios inimigos	861
7.3.3. guerra terrestre	862
7.3.3.1. forças armadas dos beligerantes.....	863
7.3.3.2. meios de ataque e de defesa.....	864
7.3.3.3. direitos e deveres dos beligerantes em relação aos militares inimigos	867
7.3.3.3.1. prisioneiro de guerra	867
7.3.3.3.2. feridos e enfermos	869
7.3.3.3.3. mortos	870
7.3.3.4. direitos e deveres em relação aos habitantes pacíficos.....	870
7.3.3.5. direitos e deveres em relação ao território inimigo.....	871
7.3.4. guerra marítima	875
7.3.4.1. forças armadas dos beligerantes.....	876
7.3.4.1.1. navios mercantes armados	877
7.3.4.1.2. o corso e sua abolição	877
7.3.4.2. meios de ataque e de defesa.....	878
7.3.4.3. direitos e deveres dos beligerantes em relação ao inimigo	879
7.3.4.3.1. em relação às pessoas	879
7.3.4.3.2. prisioneiros de guerra	879
7.3.4.3.3. feridos, enfermos, náufragos e mortos	880
7.3.4.3.4. pessoal religioso e sanitário	881
7.3.4.3.5. parlamentários	881
7.3.4.3.6. espões	881
7.3.4.3.7. pessoal de navios que não sejam de guerra	881
7.3.4.3.8. requisição de serviços; guias, pilotos e reféns	881
7.3.4.4. direitos e deveres em território ocupado.....	882

7.3.4.5. direitos e deveres em relação aos bens dos inimigos	882
7.3.4.6. determinação do caráter inimigo da propriedade privada	885
7.3.4.7. princípio da captura e da destruição	886
7.3.4.8. cabos submarinos	888
7.3.5. guerra aérea	889
7.3.5.1. força armada dos beligerantes.....	889
7.3.5.2. meios de ataque e de defesa.....	890
7.3.5.3. direitos e deveres dos beligerantes em relação ao inimigo	892
7.3.5.3.1. bloqueio.....	893
7.3.5.3.2. contrabando de guerra	896
7.3.5.3.3. assistência hostil.....	897
7.3.5.3.4. direito de visita.....	899
7.3.5.3.5. captura e destruição de navios e aeronaves	899
7.3.6. término da guerra	900
7.4. neutralidade	902
7.4.1. deveres dos neutros	905
7.4.2. direitos dos neutros	907
7.4.2.1. direito de angária	908
7.4.2.2. direitos dos neutros no território dos beligerantes	908
7.4.2.3. direitos dos neutros ao comércio e à navegação	909
7.4.3. relações entre os beligerantes	911
7.4.3.1. salvo-condutos e licenças	911
7.4.3.2. salvaguarda	912
7.4.3.3. cartéis	912
7.4.3.4. suspensões de armas e armistícios	912
7.4.3.5. capitulações	913
7.5. sanções das leis da guerra no direito internacional	913
7.6. guerra interna	914
7.7. conflitos armados não internacionais.....	919
7.8. terror e direito internacional.....	921

8. DIREITO INTERNACIONAL ENTRE UNIVERSALISMO E REGIONALISMO

8.1. papel do direito internacional e seus mecanismos de implementação	928
<i>abreviaturas</i>	935
<i>bibliografia básica</i>	937